



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/CAMPUS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

REJANE PITTA VIEIRA

**ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES E PERSPECTIVAS**

SALVADOR

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: SISB /UNEB

V658a Vieira , Rejane

Atuação do/a pedagogo/A no espaço não escolar : reflexões e perspectivas / Rejane Vieira , Rejane Pitta Vieira . - Salvador, 2023.
43 fls.

Orientador(a): Profa.dra. Mary Valda Sales.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Campus I. 2023.

1.Espaço não escolar . 2.Pedagogia social. 3.Atuação pedagógica .

CDD: 371

REJANE PITTA VIEIRA

**ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO ESPAÇO NÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Mary Valda Souza Sales

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa Dr^a. Mary Valda Souza Sales
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof^a Msc. Camila Figueiredo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof^a Dra. Ana Cristina Lago
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

**Salvador
2023**

AGRADECIMENTOS

A trajetória

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos mentores espirituais que fortaleceram a minha vontade de concretização deste sonho.

Minha orientadora, Prof^a. Mary Valda Souza Sales, exemplo de pedagoga e de profissional e acreditou neste trabalho, surpreendendo-me com o convite. Gratidão por não desistir de mim!

A minha família, por todo apoio material, torcida e compreensão dos momentos de ausência destinados a dedicação a este trabalho.

As minhas queridas e amadas, filha e neta, incentivadoras incansáveis deste processo. Amo vocês!

As minhas colegas unebianas, que com vocês aprendi a viver o sonho da vivência universitária, transformando saberes, realizando lindas ações pedagógicas e construindo amizades.

A todos os profissionais da UNEB envolvidos direta ou indiretamente neste processo de formação do curso de Pedagogia. Especialmente à Aline, no colegiado.

“Aos pedagogos e estudantes da pedagogia que contra maré montante de tantas profissões glamorosas, não perderam o fascínio por este que é o mais apaixonante de todos os ofícios: produzir a humanidade no homem”.

Dermeval Saviani.

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta como tema central a atuação do pedagogo (a) no espaço não-escolar. O objetivo é refletir acerca da atuação dos pedagogos, especialmente, em espaços não escolares, discutindo conceitos que caracterizem os variados espaços de acordo com as novas conjunturas sociais e necessários ao profissional da educação trazendo perspectivas inerentes à modalidade de ensino da sua formação. Neste movimento, identificar os diversos espaços não escolares de atuação do pedagogo, caracterizar os papéis do profissional pedagogo na atualidade de acordo com as diretrizes curriculares de formação e destacar a importância do pedagogo nos espaços das diversas organizações não escolares. Esta pesquisa de abordagem bibliográfica, aporta-se sob a luz dos pressupostos de Marli André(1998) no percurso metodológico, na reflexão sobre a trajetória do Curso de Pedagogia com Dermeval Saviani (2012) e formação do pedagogo Carlos Libâneo (2008) e para as concepções de novos cenários nos espaços educacionais M^a Glória Gohn (2010), Zucchetti(2010) referencias teóricas entre outros autores autoridades na discussão deste assunto, possibilitando a compreensão e ampliando perspectivas a respeito da temática. A pesquisa nos mostra que dada as demandas da sociedade contemporânea existe a busca por novas formas de organização do trabalho do pedagogo, reconhecendo tal abrangência e procura por estes profissionais da educação. Por esse prisma, a pesquisa elucidará a necessidade da atuação de pedagogos em variados espaços não escolares permitindo contemplar uma sociedade que se desenvolva de maneira mais humanizada e justa.

Palavras chave: espaço não-escolar, pedagogia social, atuação pedagógica.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	10
3. O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	14
3.1 O CURSO DE PEDAGOGIA DO DEDC I – UNEB.....	23
4. OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA CONTEMPORANEIDADE.....	31
5. CONSIDERAÇÕES.....	39
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Como estudante do curso de Licenciatura da Pedagogia Plena não poderia deixar de inquietar-me com a prerrogativa de algumas profissões em assumir um novo caráter frente ao panorama do mundo globalizado trazendo um movimento de possibilidades para o crescimento socioeconômico do país. O(A) pedagogo(a) não poderia ser deixado/a de fora neste momento. Investigar a atuação do pedagogo/a em relação à educação não escolar, incentiva e traduz os estudos e reflexões nas academias pouco abordados. Ademais, o Parecer CNE/CP nº. 5/2005 (CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 2006), no seu Art. 4º, dispõe que

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaço escolar e não escolar, assim sendo, o campo de atuação deve ser composto por, de acordo com o inciso I do citado artigo, “ planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares.

Este assunto tornou-se desafiador através de discussões realizadas em sala de aula, seminários, mesas redondas, leituras compartilhadas e estudos de documentos oficiais, permitindo visualizar um horizonte se abrindo para esta área do conhecimento fundamentada em teóricos conceituados e pela própria sociedade que chega ao século XXI, com novas perspectivas para a educação formal e também para a educação não escolar, por conhecimentos que até pouco tempo eram desconhecidas para maioria de nossas instituições de formação e também para os profissionais.

Hoje, o pedagogo está sendo inserido num mercado de trabalho cada vez mais diversificado e amplo e, este estudo se justifica pela necessidade de conhecer e compreender essa dinâmica e alternâncias contextualizando com o que acontece em qualquer segmento da sociedade. A pesquisa busca saber, como seria a atuação do/a pedagogo (a) em espaços não escolares? Se fará necessária a implantação de

uma multipedagogia¹ nas academias. Neste sentido, acredita-se em uma relação estreita entre as diferentes propostas de educação; transformando a ideia de uma educação restrita para uma educação ampla e sem fronteiras tornando assim, um assunto de relevância na construção de uma sociedade que permite mudanças profissionais para atender as suas demandas.

Compreendendo que a educação é um veículo de formação e transformação do indivíduo que apresenta-se por diversos formatos e, atualmente, com o desenvolvimento tecnológico tornou-se mais viável mesmo para aqueles ou aquelas que se encontrem distantes dos centros de formação, de provisão dos processos de ensino-aprendizagem, essencialmente as variáveis, tempo e espaço contribuem de forma efetiva no processo de educação, nos levando a crer que não mais existe uma estrutura fixa para que o mesmo ocorra. Deste modo, a Pedagogia, como campo do conhecimento, descortina possibilidades teórico-práticas por meio de transferência de saberes e, os profissionais formados nesta área necessitam acompanhar a evolução na qual encontram-se inseridos. Ou seja, nos últimos tempos, o formato de educar pedagogicamente transcende aos muros escolares, devido as mudanças ocorridas em nossa sociedade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação dos pedagogos/as em espaços não escolares trazendo novas perspectivas de trabalho, caracterizando os variados espaços de acordo com as novas conjunturas sociais. Demonstrando ser necessário ao profissional pedagogo conhecer as especificidades e perspectivas inerentes a sua formação. Para analisar as perspectivas de atuação do profissional pedagogo em espaços não escolares, teremos como objetivos específicos:

- ❖ Identificar os diversos espaços não escolares de atuação do pedagogo.
- ❖ Caracterizar a atuação profissional do pedagogo na atual sociedade de acordo com as diretrizes curriculares de formação.

¹ Compreende-se por práticas educativas decorrentes das variações de processos educativos (escolar, familiar, profissional, sindical, hospitalar, etc) estabelecidas por meio de distintas modalidades (intencional/não-intencional, formal/não-formal, escolar/extra escolar, pública/privada).

- ❖ Destacar a importância do pedagogo nos espaços das diversas organizações não escolares.

De acordo com a sistematização exigida pela pesquisa, optou-se pelo viés de um estudo exploratório, revisitando diversos livros teóricos, teses e dissertações universitárias, artigos científicos, revistas científicas entre outros, levantados a partir do tema pesquisado.

A fim de contemplar tais objetivos, a presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas.:

Primeiramente, apresentaremos a percurso histórico e a formação do pedagogo viajando pela linha dos marcos legais. Na Segunda etapa, o leitor vislumbrará os diversos espaços de atuação do pedagogo/a na contemporaneidade e, destacaremos a importância do trabalho pedagógico. E na última, trataremos dos resultados da análise reunidos nas considerações finais.

Para nortear este trabalho monográfico dentro das perspectivas propostas, tomamos como base as ideias de Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Maurice Tardif, M^a Glória Gohn, Zucchetti e Brzezinski, dentre outros autores e autoras que formam alicerces desta pesquisa assim como, os pressupostos constantes nos documentos legais como CFE, CNE, DCN e LDB integram o arcabouço de fundamentos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Demo (2006), a pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento. Vejamos, a

Pesquisa como princípio científico e educativo faz parte de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante e capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar o outro como objeto. Pesquisa como diálogo é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução; na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente. (DEMO, 2006. P.42- 43).

Partindo deste princípio, o pesquisador precisa ser atuante, buscando relaciona-se com o objeto uma vez que este é fruto de questionamentos e possíveis soluções para os problemas encontrados e “servir como veículo inteligente e ativo entre o conhecimento na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (LUDKE e ANDRE, 2013).

Na verdade, estamos vivendo o momento da pesquisa no sentido que possamos nos alimentar com a informação de modo questionador levantando respostas para indagações afim de transformá-las em ações reparadoras para ações do processo educativo. Esse movimento, deve ser orgânico na formação como pedagogo(a). Diante disso, acredita-se ser o papel social da educação revelar e legitimar valores positivos de transformações para sociedade e, a pesquisa corrobora com este sentimento, principalmente, quando desenvolvida no âmbito pedagógico de compreensão do papel do pedagogo nessa sociedade.

A pesquisa em educação, se ocupa em estudar os fenômenos educacionais e não poderia deixar de sofrer as influências das mudanças humanas e sociais. Outrora, algumas pesquisas seguiram a padronização tradicional levando em consideração apenas as variáveis. Entretanto, estudos nos mostram que a dinâmica dos processos educacionais subjaz ao panorama das questões problematizadoras. A busca por informações que revelem, ajudem, norteiem os pensamentos dos indivíduos

auxiliando-os em suas reflexões para um viver qualificado deveria ser natural de todas as profissões.

De certo que se tratando de pesquisa em educação, os protocolos devem ser respeitados, “é preciso entendê-la como atividade que requer habilidades e conhecimentos específicos” (LÜDKE e ANDRE, 2013, p. 2-3), mas isso não estabelece o direito a alguns que se elevam e sejam privilegiados. Neste contexto, entende-se que o/a pedagogo/a enquanto educador deve estimular os indivíduos a pensar e refletir e se constituir com autocrítica do seu papel e desempenho junto ao sistema social no qual reconhece problemas, busca causas, efeitos e forma de reversão. De acordo com FREIRE (1996), dá um sentido diferente da “ crítica negativa, opinião sem fundamento, que não analisa e reflete sobre os fatos. A exemplo, Freire (1987) apud Gadotti (1996, p.72): “não basta saber” que “Eva viu a uva”. É preciso compreender quem é Eva no contexto social, quem trabalha para produzir a uva, quem lucra com a uva, quem come a uva. As pessoas devem ser incentivadas a pesquisar no sentido de colocar o conhecimento em prática desde seus primeiros anos de vida e, o/a pedagogo/a como profissional responsável por essa formação inicial ter a consciência da sua importância como alicerce para o desencadeamento deste entendimento.

O presente trabalho tem por objetivo analisar acerca da atuação do pedagogo, especialmente, nos espaços não escolares. E para alcançarmos este propósito optamos pela realização de uma **pesquisa de natureza bibliográfica** que possibilitou conhecermos mais da realidade do tema abordado a partir dos estudos e publicações de autores que debatem a temática no âmbito da educação. Este tipo de pesquisa é um dos procedimentos mais utilizados pelos investigadores na atualidade, porém, devemos estar atentos ao objeto de estudo em questão para ter uma escolha compatível com a proposta.

A pesquisa bibliográfica implica em “um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007, p.37-45) e, neste trabalho a fundamentação se alinha ao objetivo, valendo-se do método exploratório orientando todo o processo de investigação e de análise realizada.

No desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica elementos como as fontes de informações orientam as investigações do trabalho produzido, elas se apresentam como argumentos e são classificadas em primária, secundária e terciárias. Como fontes primárias, utilizou-se aqui as literaturas autorais de Carlos Libâneo (2006), M^a Glória Gohn (2008) e Dermeval Saviani (2008) e também explorou-se o material publicado nos documentos oficiais tais como:

Tabela 1. Documentos norteadores da Educação Escolar e Não Escolar

Lei nº 4024/1961(LDB) / CFE	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Conselho Federal de Educação
Lei nº 9394/1996 (LDB) / CFE	
Parecer 251/1961 / CFE	
Parecer 252/1962 / CFE	
Parecer nº 5/2005 - DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.
Decreto Lei 1.190/1939	Art. 180 Da Constituição Brasileira
Resolução CNE/CP nº1/2006	Conselho Nacional Educação

A função corroborativa dos documentos é de fundamental importância no desencadeamento da pesquisa bibliográfica que se ancora na investigação e análise dos mesmos, permitindo o estudo da compreensão de avanços quanto aos direitos e deveres no desempenho da função do egresso do curso de Pedagogia, deste modo, estabelecerem os marcos históricos na trajetória do curso no Brasil. Vejamos que neste sentido, a LDB/96, norteia este trabalho assegurando em seu art. 64, “ a formação do pedagogo para administrar, inspecionar, supervisionar e orientar. Assim, as atividades educativas intencionais **podendo ir além**, dos domicílios escolares.” (LIBÂNEO, 2010, grifo meu). Em 2006, a resolução CP/CNE nº1/2006, instrui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, propiciando para o exercício do pedagogo/a atuação no espaço escolar e “[...] bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” (BRASIL, 2008); sendo que outrora, o Parecer n.252/69, regularizou os currículos mínimos do curso de graduação em Pedagogia. Então, torna-se indispensável para nossa pesquisa se amparar nos

marcos legais produzidos obviamente por organismos regulamentadores da Educação.

As fontes secundárias no nosso estudo traduzem as referências bibliográficas discutidas nos artigos, análises e interpretações que foram encontradas no formato impresso e digitais respondendo e refletindo a prerrogativa na qual se sustenta essa pesquisa. Por fim, fontes terciárias utilizadas aqui, são as compilações das duas anteriormente citadas e encontradas através dos diretórios, portais ou mecanismos de busca Bing, Google, etc. Neste propósito, organizou-se autores que são referências para a produção de um material estruturado com perspectivas pedagógicas, filosóficas e científicas que sirva de ponto de partida para o leitor, perpassando pelos campos pedagógicos e educativos nos espaços não escolares da educação trazendo novas perspectivas de atuação para o pedagogo no cenário da sociedade contemporânea.

Para tanto, primeiramente, estudaremos segundo Dermeval Saviani (2008), a importância da Pedagogia como um campo de conhecimento, que modela-se no espaço e tempo, na vida do indivíduo em constante estado de formação e/ou evolução e que deve ser refletida independentemente de espaços escolares. Ainda sob à luz de Saviani, contemplaremos a trajetória histórica do curso de Pedagogia, analisando a complexidade de estabelecer-se a identidade profissional do pedagogo/a por atuar em um campo de conhecimento que tem como objeto a educação, com toda a sua abrangência e interdisciplinaridade.

Na segunda etapa, trataremos das perspectivas para o profissional pedagogo em espaço não escolar, demonstrando áreas, objetivos e ações que se prospectam no exercício do ofício no campo da educação não escolarizada com ênfase nas possibilidades dessa atuação no cenário social.

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica, intenta-se demonstrar outros tantos espaços para atuação do pedagogo no desempenho de suas funções técnicas, sociais a serviço da educação de modo geral.

3 O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: DISCUSSÕES E AVANÇOS.

Neste capítulo iremos refletir sobre a trajetória do Curso de Pedagogia no Brasil, os objetivos da formação através da história, apontando as perspectivas históricas para atuação do pedagogo e sua evolução.

A educação, concebida como prática social cujo exercício é ação estabelecida nas relações entre indivíduos e grupos objetivando a sustentação da existência humana, seu início confunde-se com essa última, situando-se como objeto de estudo de muitas ciências.

O berço da Pedagogia, é nascido na Grécia, ainda ancorada na ideia da Paidéia; conforme o ideal de educação na Grécia antiga, os valores humanos uma vez consolidados, a sociedade estaria pronta para as transformações advindas de mudanças sociais, políticas e tecnológicas (JAEDER apud SAVIANI,2012). A necessidade do homem em intervir na sua realidade de maneira intencional, produzindo um saber particular que desde a paideia grega transitando por Roma e pela Idade Média, atinge aos tempos modernos, com íntima relação com a prática educativa, constituindo-se como teoria ou ciência desta prática que chamou-se de “pedagogia”. De acordo com Saviani (2008), Comenius e Rousseau, séculos XVI e XVII respectivamente, são nomes importantes deste período que despontam a necessidade de refletir a educação sobre o desenvolvimento psicológico e da aprendizagem; destacamos nessas perspectivas, que a preocupação com os direitos humanos é a característica comum retratada entre essas duas personalidades, que tanto contribuíram para a formação educacional, moral e política dos cidadãos no mundo e com o nascimento da Pedagogia.

As transformações ocorreram na nossa sociedade por conta da revolução industrial, século XVIII e, destas mudanças significativas em que a classe burguesa alçava o ato de educar como mecanismo de controle e o povo buscava a emancipação através da educação, fomentou-se novas ideias políticas, econômicas e culturais e nascendo efetivamente o termo Pedagogia ou “as Pedagogias” (ARROYO,2012, p.11).

Até o momento podemos perceber que a educação e o desenvolvimento humano caminham sempre juntos, assim como, a educação e a Pedagogia são indissociáveis. Sim, por que embora o ato de educar seja mais abrangente, a Educação refere-se a formação do homem e a Pedagogia que orienta essa modelagem na aquisição de conhecimentos.

Em meio a essas reflexões nasce o curso Pedagogia em 1794, sob à concepção tradicionalista – de aprender para ensinar - priorizando a centralidade da instrução cuja a tarefa era apenas transmitir conhecimentos acumulados, cabendo ao estudante apenas assimilar os conteúdos que lhes foi transmitido e reproduzi-los, na íntegra, considerando que a prática era determinada pela teoria.

O curso de Pedagogia já engatinhava na convenção de 1794 realizada em Paris, cogitando-se a abertura da primeira Escola de preparação para docentes. Porém, a Escola Normal foi instituída 1795. Contudo, juntamente com a sua abertura apresentase a partilha dos níveis de escolarização e como foram organizados. A Escola Normal Superior ficou responsável pela formação de professores para atuação no nível secundário e a Escola Normal Primária ficaria responsável pela preparação dos professores primários. Toda a Europa acompanhava essa transição. Em 1802, constatou-se que a destinação da formação de professores secundários, Escola Normal Secundária, estava comprometida desviando-se do seu papel de capacitação com foco didático-pedagógico. Logo, no século IX, muitas divergências e lutas se constituíram e a necessidade de encontrar uma solução para resolver o problema de habilitação dos docentes crescia, resultando na criação da Escola Normal de nível médio para professores primários. Meio a toda essa efervescência dois modelos de formação foram instaurados de acordo com SAVIANI (2008).

a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos:

Para este modelo, a formação dos professores esgota-se na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que o professor irá lecionar.

b) modelo pedagógico-didático:

Contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação propriamente dita dos professores só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. De fato, analisando a projeção histórica da formação dos professores, a universidade inclina-se na utilização do modelo “ a) “ para formação de professores de nível secundário e o modelo “ b) “ evidencia o seu uso na formação de professores primários. (SAVIANI,1986). Isso significa dizer que a universidade não estava disposta a suprir as dificuldades inerentes no processo do ensino e aprendizagem, no primeiro modelo. O importante era absorção dos conteúdos a serem repassados. Apostando que com a prática os ajustes seriam sanados. Já no segundo modelo, exige-se uma postura relevante no que tange ao didático-pedagógico independente da condição apreendida sobre a cultura geral e conhecimento específico.

O século XIX é marcado pelos entraves entre as classes burguesa e proletária. Para Manacorda (2001,p.279) apud Saviani(2008), é neste contexto que se desenvolve os conflitos didáticos e pedagógicos entre os que defendem o interesse social burguês e as aspirações proletárias. Segundo o autor, em todas as esferas da educação houveram mudanças desde as escolas infantis até as secundárias. Temos aí, duas correntes visíveis: o positivismo e o socialismo. A primeira vertente se defende com base no homem socializar-se de acordo com os padrões que determinam a sociedade na qual vive; já a segunda, espera que a educação e a pedagogia associem-se aos ideais de liberdade. É neste movimento sociológico que a Pedagogia se estabelece ancorada na prática científicista, cujo as suas atribuições e desdobramentos deve atender a finalidade de formação do cidadão consciente social e politicamente.

Podemos perceber que a história e o tempo fundamentaram com suas mudanças, discussões e inflexões à demanda do novo fazer pedagógico obrigando a institucionalização das teorias e métodos que contemplassem uma sociedade em ebulição. Existia ali a preocupação em contemplar as exigências da classe operária que após a Revolução Francesa intensificou a demanda de se repensar no seu preparo intelectual. Daí, se origina a evolução de criação de Escolas Normais, instituições preparadas para formar docentes.

As ideias expostas acima, nos levam acreditar que tudo estaria se encaminhando para uma fase evolutiva da educação institucionalizada e os profissionais desta área não poderiam deixar de acompanhar as mudanças das diretrizes educacionais. Sob a luz da historiografia-crítica do professor Dermeval Saviani (2008), numa abordagem sintética, observemos o desencadeamento dos marcos legais que pontuaram o processo de formação dos pedagogos no Brasil através do curso de Pedagogia. Porém, para melhor compreensão destacaremos em períodos esta progressão segundo o quadro1 abaixo, orientado pelos marcos históricos do percurso de formação do pedagogo no Brasil. É importante lembrar que por ocasião da colonização do Brasil, existia uma organização dos povos indígenas, na sua maioria Tubinambás,, governados e socialmente formados. Se exercia a Educação ministrada pelos homens mais experientes e antigos das aldeias e havia uma distribuição social, distribuída por faixas etárias no processo de desenvolvimento.

Vejamos,

Quadro 1. Evolução do Curso de Pedagogia no Brasil através dos Marcos Legais

Período	1932 -1942	1962-1969	1996-2006
Curso de Pedagogia no Brasil	<p>Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova; Ensino Gratuito e público, universal e laico.</p> <p>Lei 1.190/39, Criação do Curso de Pedagogia com duração de 3+1 (bacharelado e licenciatura respectivamente)</p>	<p>Lei 4024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.</p> <p>Parecer nº 251/62, institui conteúdos mínimos para o curso de Pedagogia.</p> <p>Parecer nº 252/69, unificação do curso</p>	<p>LDB/1996, Atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1/2006,</p>

No Brasil, desde o final do séc. XIX até 1930, os professores eram formados pela Escola Normal (SAVIANI, 1986). A partir da década de 1930, a Escola Normal vai sendo substituída pelos Institutos de Educação nos quais, a formação do professor primário se dava em 2 anos, e contemplava as disciplinas de fundamentos e as metodologias de Ensino. Os Institutos também ofereciam especializações, extensão e extraordinários. É neste contexto que o Curso de Pedagogia surge em conjunto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Com a promulgação do Decreto Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939 instala-se definitivamente, a Faculdade Nacional de Filosofia. Contudo, a organização da referida instituição não condizia a ideia inicial da sua criação, a propositura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tanto quanto a ideia da Universidade do Distrito Federal,

enquanto nesta a formação profissional é ancorada no desenvolvimento de estudos e pesquisas e na observação e no exercício prático das escolas-laboratório, naquela separa-se o profissional do cientista, deslocando-se o eixo das atividades universitárias para a formação profissional. (SAVIANI, 2008).

O curso de Pedagogia nasce meio as conturbações do estado político vivido pelo Brasil nos anos 30 e, muitas discussões entre intelectuais da educação.

Elegemos os Marcos Legais que demarcaram o percurso histórico do Curso de Pedagogia no Brasil para compreender o nosso trabalho nesta etapa, não só os apresentaremos mas concomitantemente serão analisados. Portanto, estudaremos quatro deles: O Decreto-Lei nº1.190/1939; Parecer nº 251/1962; Parecer nº 252/1969 e a Resolução CNE/CP nº1/2006.

O curso de Pedagogia foi estruturado com três anos de Bacharelado mais um ano compreendido o curso de Didática para formação do professor, ou seja, em apenas 3 anos formava-se em Bacharel e o diploma de licenciado era conferido após cursar + 1 ano de Didática.

O currículo, segundo Saviani (2008, p.39)

ANO	DISCIPLINAS
1º	Complementos da matemática, história da filosofia, sociologia, fundamentos biológicos da educação, psicologia e educacional.
2º	Psicologia educacional, estatística educacional, história da educação, fundamentos sociológicos da educação, administração escolar
3º	Psicologia educacional, história da educação, administração escolar,, educação comparada, filosofia da educação.

No caso da opção por Licenciatura, o curso de Didática era composto pelas disciplinas, Curso de Didática (SAVIANI, 2008, p.39-40)

ANO	DISCIPLINAS
-----	-------------

1º	Didática geral, didática especial, psicologia educacional, fundamentos biológicos da educação, fundamentos sociológicos da educação, administração escolar
----	--

Se observarmos com rigor, veremos que esta organização do curso favoreceu a bifurcação entre a teoria e prática. Sendo que o bacharelado em Pedagogia sustentava apenas a teoria ao contrário dos demais cursos.

Em relação ao campo de trabalho do Decreto-Lei nº1190/1939 no seu art. 51, alínea “C” declarava que, a partir de 1º de Janeiro de 1943, dos cargos de técnicos em Educação, seriam preenchidos por portadores de diploma em bacharel em Pedagogia. Quantos aos licenciados atuavam como professores na Escola Normal, responsáveis pela formação dos professores primários.

Neste processo, as dúvidas que permeiam quanto a função desempenhada pelo pedagogo/a se acendem por que o licenciado poderá atuar como professor na Escola Normal, mas o técnico em educação, não tem definida as suas funções e o seu campo de atuação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 4024/1961, declarava no art. 70, que “o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação”.

Derivado deste momento, surge o 2º. marco legal do curso da Pedagogia – Parecer CFE nº. 251/1962, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas que foi elaborado em atendimento à Lei 4024/1961, trazendo os conteúdos mínimos para o curso de Pedagogia. Segundo Silva (2006, p.37 apud ARANTES&GEBRAN, 2014), o bacharelado era organizado com as seguintes disciplinas obrigatórias,

Psicologia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar.
--

Como opcionais tínhamos a Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional.

Para Licenciatura, apenas as matérias Didática e Prática de Ensino deveriam ser de cursadas.

Quanto ao período destinado ao curso, no Decreto nº 261/1962 foi mantido o padrão 3 + 1 da regulamentação Decreto Lei 1190/1939, ou seja, três anos de bacharelado habilitando a técnico em educação e mais um ano de licenciatura para diploma-se em pedagogo, professor.

Neste momento, houve muita resistência e crítica sobre a montagem de um currículo pensando de maneira técnica, visando atingir cada vez mais a produtividade, transformando o curso em um verdadeiro treinamento – (BRZEZINSKI, 1996).

Em 1968, o curso de Pedagogia passa a ser oferecido pelas Faculdades de Educação, regulamentadas pelo Parecer CFE nº 252/1969 e a Resolução CFE nº2/1969, que estabeleciam as normas de funcionamento em convergência com os princípios da Lei 5540/1968, e teve como autor o professor Valnir Chagas, membro do Conselho Federal de Educação e responsável por estruturar o currículo mínimo do curso de Pedagogia e a sua duração dividindo em duas partes: a comum, que era o pilar do curso, e a diversificada, compreendida em habilitações de duração plena, com o Magistério das disciplinas pedagógicas na Escola Normal, Orientação Educacional; e de curta duração, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar. Essas habilitações passaram a integrar o curso de Pedagogia, que foi um avanço comparando-se ao conceito anterior de bacharelado e licenciatura. Significa dizer que a disciplina Didática, antes opcional, passa a fazer parte da base comum do curso. Neste sentido, o Parecer 252/1969 conferiu apenas o grau de licenciado, abolindo o de bacharel. No período, cogitou-se que os pedagogos seriam professores na Escola Normal e o foco do curso estaria a serviço da docência.

Nesses termos, para se conquistar a certificação na habilitação, o egresso tinha que comprovar a experiência de um ano para Orientação Educacional e um semestre para as demais habilitações, culminando na necessidade de estabelecimento de uma nova regulamentação o Parecer CFE nº 867/1972,

Parágrafo único - Para as habilitações previstas no art. 3º, além do estágio previsto neste artigo, exigir-se-á experiência de magistério anterior ao ingresso no curso ou à obtenção do diploma, com duração

não inferior a um ano letivo, no caso de Orientação Educacional, e a um semestre letivo nos demais casos. (CEE-SP_PAR_97_1147_1973.pdf).

O curso de Pedagogia vai se constituindo meio a tantas modificações e regulamentações e descontentamentos, nesta fase movimentos universitários tanto por parte dos professores quanto dos estudantes acerca da sua identidade e fragmentação possibilitando levantar a ideia extinção do curso. Contudo, o Conselheiro do CFE Valnir Chagas, interferiu pela reformulação do curso e elaborando vários documentos para aprovação no Ministério da Educação e Cultura, chegando estes a ser homologados porém devolvidos ao CFE. Segundo Brzezinski,

A homologação do pacote pela CFE foi recebida pelos educadores como mais uma arbitrariedade do poder que desconhecia as práticas, as pesquisas e os estudos desenvolvidos pelos profissionais que tratam dessas questões em seu cotidiano. Este fato estimulou o movimento de educadores que punham resistência ao poder instituído em especial do CFE. O movimento era contra as possíveis mudanças no curso de Pedagogia que descaracterizavam ainda mais a profissão do pedagogo, que paulatinamente seria extinta (2006, p. 81-82).

O “pacote pedagógico” do incansável Conselheiro Chagas não foi recepcionado passivamente e provocou muita discussão. Nas décadas de 70 e 80 foram marcadas por pensar no Curso de Pedagogia de maneira mais transformadora, dando sentido para sua existência, que segundo Libâneo (2007, p.12-13),

[...] marca o início da campanha pela transformação do curso de Pedagogia num curso de formação de professores. O arrefecimento do controle político e da censura pelos militares, junto com resistências dos setores de esquerda organizados, favoreceu a produção de pesquisas e publicações no campo da educação contra práticas autoritárias e ideológicas no regime militar. Disso resultou a realização, em São Paulo, na PUC, da I Conferência Brasileira de Educação (CBE), quando já existia o chamado Comitê Pró-Participação na formação do educador, com a participação de nomes expressivos das faculdades de Educação. O que movia esse comitê eram as críticas aos Parecer 252/69 e às indicações de Valnir Chagas, tidos como tecnicistas, destinados a consolidar a educação tecnicista baseada na racionalidade técnica, na busca de eficiência e produtividade, contra um educação crítica e transformadora. Havia um alvo paralelo das críticas, que era a Lei 5.540, que regulava todo o ensino superior na perspectiva tecnicista.

O movimento dos professores que saíram em defesa do Curso de Pedagogia, incentivados por correntes ativistas contrárias a educação tecnicista trouxeram à tona teses, discussões, reuniões e conselhos formados com o intuito de fortalecer a identidade do curso. Para Arantes e Gebran (2013), “o intervalo entre 1990 e o início foram marcados por discussões sobre a formação do pedagogo, porém não modificou no que diz respeito a legislação a estruturação deste curso, permanecendo seguindo o disposto no Parecer 252/69, que vigorou por 27 anos, até a aprovação da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”.

A nova LDB 9394/1996, teve como base os direitos universais à educação e trouxe muitas mudanças aos profissionais de educação. No art. 62 ela define o local e o nível da formação de professores para atuar em educação básica.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação, 9394/96, foi estabelecido muitos documentos, Decretos, Portarias Ministeriais, Resoluções e Pareceres. Neste trabalho, daremos ênfase na normatização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia que durante o seu processo de construção estavam divididas entre o interesse do Estado e do Movimento Nacional de Educadores, Brzezinski (2001, p.119). Em 2002, instituiu-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores, em nível superior, do curso de licenciatura de graduação plena. Porém, o curso de Pedagogia enviou para homologação em 2005, através do Parecer CNE/CP nº 5/2005 (p.6), compreendida como:

Formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos os conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006)

Este parecer surge com inovação e oportunidades de extensão de atuação do pedagogo(a) nas outras áreas que necessitem de conhecimentos pedagógicos, diferente dos modelos anteriores.

A nova estruturação descrita no Parecer CNE/CP nº5/2005, aponta três núcleos norteadores para o Curso de Pedagogia: o núcleo de estudos básicos, o núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e o núcleo de estudos integrados. Enfim,

Os três núcleos de estudos, da forma como se apresentam, devem propiciar a formação daquele profissional que: cuida, educa, administra a aprendizagem, alfabetiza em múltiplas linguagens, estimula e prepara para a continuidade do estudo, participa da gestão escolar, imprime sentido pedagógico a práticas escolares e não-escolares, compartilha os conhecimentos adquiridos em sua prática. (BRASIL, 2005, p.14).

Após muita discussão, em 15/05/2006, foi homologada a Resolução CNE/CP nº1//2006 e, algumas das mudanças preconizadas pelas DCNs/2006 para o Curso de Pedagogia referem-se à questão da docência como base da formação e a carga horária superior às demais licenciaturas – de no mínimo 3.200 horas. Embora a abrangência da atuação do pedagogo tenha tido um grande avanço, a questão da identidade do pedagogo(a) ainda continua centrada na docência.

3.1 O CURSO DE PEDAGOGIA DO DEDC – I – UNEB: UM BREVE HISTÓRICO E SUA ESTRUTURAÇÃO.

A abordagem deste subcapítulo tem como finalidade apresentar de modo breve em que contexto se inaugurou o Curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus I (DEDC I) e, os movimentos estruturantes que deram forma ao seu perfil curricular. Neste sentido, nos apoiaremos em pesquisas realizadas à luz do Projeto Político Pedagógico da UNEB – DEDCI/2007 e informações disponíveis no seu site.

Departamento de Educação do Campus I é originado da Faculdade de Educação do Estado da Bahia, FAEEBA, criada pelo Art. 3º, da Lei Delegada 66/83 vigente até setembro de 1997. A FAEEBA era uma unidade universitária que composta de dois Departamentos e um Colegiado de Curso. Sob esta condição, teve autorização para o funcionamento do “Curso de Licenciatura Plena em Educação”, com habilitações Pré escolar e Séries Iniciais, em caráter experimental, com 80 vagas e pela Resolução CEE 1.339/84, foi aprovado o seu Regimento como Faculdade de Educação do

Estado da Bahia e, em 1985, realizou o seu primeiro vestibular. Contudo, na formatura da sua primeira turma, percebe-se que aproximadamente 40% do seu contingente evadiu devido as restrições impostas pelas habilitações oferecidas, até mesmo impossibilitando inscrições em concursos para atuar no 2º. Grau. Em 1991, mediante a esses acontecimentos e seguindo as orientações do CONSEPE nº 50/91, passou-se a oferecer habilitação do Magistério nas Matérias Pedagógicas do 2º. Grau, a denominação do curso era Licenciatura Plena em Educação, permanecendo assim até o ano de 1998. A partir daí, o Curso passa a entregar três habilitações distribuídas em três turnos: Magistério das Séries Iniciais, no turno matutino; Educação Pré-Escolar - turno vespertino; Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º grau: turno noturno e matutino, consolidando o Parecer CEE nº.087/93.

Através da Lei Estadual 7.176/97, em 1997, um novo modelo organizacional, Departamentos, foi implantado, transformando a unidade universitária, FAEEBA, que até o momento tinha status de Faculdade, em Departamento de Educação do Campus I, cuja a estrutura organizacional determinada pelo Art. 2º da citada Lei, conforme o Art. 4º. do Regulamento da UNEB, aprovado pela Resolução nº. 38/97 do CONSAD e pelo Decreto nº. 7223/97, o Colegiado de Curso foi eleito como órgão de coordenação didático – científica. O Curso de Pedagogia permaneceu no Departamento, porém, conforme a Resolução CONSEPE nº. 236/98, passou a chamar-se Licenciatura em Pedagogia, sendo necessário realizar mudança em seu projeto curricular devido a exigência do Parecer/CNE nº. 776/97, resultando em nova proposta curricular, atendendo aos princípios definidos no citado parecer e consolidado em:

1. “(...) ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas.
2. (...) campos de estudo e demais experiências de ensino – aprendizagem que comporão os currículos, (...) sem a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;

3. [corrigir] o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
4. (...) sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas num mesmo programa;
5. (...) prática de estudo independente, visando à progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
6. (...) reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competência adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referirem à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
7. (...) a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
8. (...) avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas” (Parecer CNE n. 776/97).

A fim de atender a Resolução CNE/CP nº. 1/2006, uma nova concepção na formação do futuro Pedagogo foi pensada, neste sentido, o Departamento de Educação altera o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, com o objetivo dar uma proporção formadora que garanta a qualidade e importância na preparação dos profissionais de educação, desde já, submetido a construção de um ensino de qualidade em nossas escolas e com a concretização de uma sociedade democrática em nosso país.

Fundamentalmente, o currículo proposto pensou no processo pedagógico na formação do profissional de educação, valorizando o fazer pedagógico na sua totalidade, na dimensão da formação docente para a Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para os processos gestores em nossas escolas, considerando os conhecimentos interdisciplinares que alicerçam a organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar, valorizando-se o espaço da escola pública como sendo a via necessária para consolidar a formação do futuro Pedagogo.

O Curso de Pedagogia no Brasil, sofreu várias mudanças, discussões e ajustes e no Curso de Pedagogia da UNEB, não poderia ser diferente por que o embasamento que fundamenta a sua existência são as medidas legais dispostas nos Decretos, Pareceres e Resoluções. O percurso da Licenciatura em Pedagogia Plena sofreu muitas reformulações curricular em vista do movimento evolutivo da educação e da sociedade em que vivemos. Uma nova performance de atuação do docente está sustentado nas diretrizes traçadas pelo Parecer CNE/CP n. 5/2005, exigindo consistência formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, realizadas ao longo do desenvolvimento do curso.

Segundo Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia, essa compacidade na formação pedagógica do futuro pedagogo precisa estar nas seguintes dimensões: na Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais os conhecimentos pedagógicos sejam previstos, a exemplo de gestão escolar e educacional, entendida numa perspectiva democrática, integrando as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; além de atuar na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Em decorrência dessas dimensões, e de acordo com os termos do Parecer CNE/CP nº. 05/2005, o novo perfil desejado para o egresso do Curso de Pedagogia aponta que este educador esteja apto a:

- agir com compromisso e ética profissional, com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- entender, saber cuidar e educar as crianças de até cinco anos de idade, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

- ampliar o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- exercer a profissão, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- identificar e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

- desenvolver modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;

- integrar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- desenvolver e facilitar a criação de relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; observar os problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- criar uma consciência a respeito da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, tão importantes nos dias atuais;

- trabalhar em equipe e de maneira interdisciplinar, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

- desenvolver a gestão democrática das instituições em que atuem, enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

- planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

- participar de pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvam suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios; sobre propostas curriculares e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, em ambientes escolares e não escolares;

- saber e desenvolver, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, aprendendo a aprender sempre;

- conhecer e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais a serem implantadas, executadas e avaliadas encaminhando os resultados das ações às instâncias competentes.

E este perfil será alcançado por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas de forma integrada pelos Núcleos de Estudos propostos para o curso, considerando a alta qualificação do corpo docente do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Não podemos deixar de citar o apoio educacional da Biblioteca, laboratório de informática, laboratório de matemática e também os cursos de extensão, pós graduação e outros.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Plena se propõe a oferecer a formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e da difusão, do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, tendo um Projeto Pedagógico nos termos do que defende o Fórum dos Dirigentes Municipais de Educação:

(...) o projeto do curso foi estruturado de modo a contemplar a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”, com a clareza de que “as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, que engloba o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; de projetos e experiências educativas não escolares e a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.(FORUMDIR, p.1).

Por esse motivo, a organização curricular do Curso de Licenciatura Plena de Pedagogia, foi definida considerando-se os núcleos de estudos preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a matriz curricular.

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia deve ser caracterizado pela consolidação de três Núcleos de Formação previstos no Parecer CNE/CP nº. 05/2005 e pela Resolução CNE/CP nº 01/2006, assim caracterizados:

a) Núcleo de Estudos Básicos

NEB - que funcionará como sendo o grande eixo articulador da formação reflexiva do novo Pedagogo. Através dele, serão efetivados os estudos e as atividades críticas que envolvem as diferentes concepções filosóficas, princípios, planejamento, diagnósticos, gestão, práticas educativas, processos avaliativos e didáticos. Será o núcleo dos conhecimentos fundamentais que nortearão a organização e a teorização em torno das diferentes e complexas práticas educacionais e profissionais formativas na área de Pedagogia. O NEB é composto por 1.560 horas/aula de estudos e de atividades básicas que irão oferecer o lastro educacional necessário, para que o pedagogo possa caminhar em sua formação de maneira reflexiva e participativa.

b) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

NADE - que oportuniza ao futuro pedagogo-docente a possibilidade de ser um investigador em sua profissão, questionando de maneira ampla os processos educacionais e de gestão que fazem parte do contexto social e educacional. Esse núcleo se propõe, ainda, a se transformar numa importante ferramenta de estudo e de análise das demandas necessárias na área educacional, para garantir uma formação diversificada e integrada do pedagogo. – NADE é composto por 1.440 horas/aula de estudos e de práticas de aprofundamento da formação profissional do Pedagogo, destacando-se que haverá um lugar de destaque da pesquisa/investigação na práxis pedagógica formativa.

c) Núcleo de Estudos Integradores.

NEI - passa a ser algo muito dinâmico na consolidação da formação do Pedagogo. Por isso, como o próprio nome diz, ele se propõe a ser o elemento inovador, integrador das demais atividades dos núcleos de estudos, garantindo a participação

dos estudantes em vivências educacionais, estudos curriculares, atividades culturais e científicas e em eventos de cunho educacional de maneira integrada, participativa, interdisciplinar, multidisciplinar e diversificada. São trabalhos de livre escolha dos estudantes. São 120 horas de Seminários Temáticos Optativos, mais 120 horas de estudos investigativos na área de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - somados a 120 horas das atividades teórico-práticas de aprofundamento que estão previstas na Matriz Curricular, dão um total de 360 horas de estudos integradores que irão ampliar o processo de formação do Pedagogo, compondo o Núcleo de Estudos Integradores.

A intenção deste trabalho foi fazer uma breve exploração sobre a origem do Curso de Pedagogia da UNEB, por isso não iremos adentrar as particularidades do curso. Apenas situar o leitor sobre as fontes bibliográficas que suportam a pesquisa e o contexto formativo no qual o egresso do citado curso se qualifica. Contudo, compreendemos ser igualmente importante trazer para esse momento da análise o papel da legislação exposta que ordenam os objetivos e fins da Pedagogia. Então, reconhece-se que as diretrizes trouxeram ampliação formativa, abraçando os espaços não escolares como campo de intervenção dos egressos através dos seus arts. 4º (na destinação do curso), art. 5º (perfil do egresso) e arts 6º e 8º (a estrutura do curso) mas associa a atuação dos egressos no espaço não escolar à docência e a gestão educativa, embora existam outras possibilidades interventivas para o pedagogo nos diferentes espaços educativos dessa natureza. Assim, as IES – Instituição de Ensino Superior – têm muitos desafios na consolidação dos projetos pedagógicos do curso de Pedagogia.

4 OS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO/A NA CONTEMPORANEIDADE.

O percurso histórico do curso de Pedagogia no Brasil, vincula-se aos aspectos da sociedade e normas educacionais do país. Desde a sua implantação, os campos de atuação para os egressos, tradicionalmente, têm vertentes na gestão escolar, projetos educacionais, magistério, coordenação educacional e escolar afim de apoiar o sistema de ensino quanto a orientar estudantes e professores.

Porém, as Diretrizes Curriculares Nacional (DCN), homologadas em 2006, trazem reflexões e também exigências no sentido de situar os egressos do curso de Pedagogia quanto a sua atuação em espaços não escolares de forma que os conhecimentos pedagógicos sejam necessários. O DCN, em seu parágrafo 7º., orienta:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalharem espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas. (CERONI, 2006, p.6)

Libâneo(2001), esclarece que a formação destes profissionais não fica restrita somente a educação escolar, podendo ocupar os vários espaços como hospitais, ONGs, empresas, museus, meios de comunicação, projetos sociais, entre outros. A educação objeto central de estudo da Pedagogia, está presente em várias esferas e espaços para além da escola. Logo, “ (...) em todo lugar onde houver uma prática

educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia” (LIBÂNEO, 2001, p.116).

Vejam os,

Tabela 2 – Espaços de Formação e Atuação do Pedagogo

ESPAÇOS	OBJETIVOS	AÇÕES
Escola	Contribuir na aprendizagem dos alunos no aspecto social e cognitivo; coordenar, implantar e implementar PPP e Regimento Escolar, supervisionar o sistema de ensino favorecendo a melhoria da aprendizagem dentro da escola de forma integral.	Participação na organização e gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos, das formas de estimulação e motivação, do espaço físico e ambiental, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, reduzindo as dificuldades de aprendizagem.
Instituição Hospitalar	Facilitar o processo de socialização da criança; dar continuidade a escolarização; oferecer atendimento humanizado para a criança e sua família no processo de adaptação ao ambiente hospitalar e motivá-los a uma recuperação mais autônoma.	Intervenção buscando desenvolver atividades lúdicas e recreativas que ajudem a criança hospitalizada a construir um percurso cognitivo, emocional e social para manter uma ligação com a vida familiar e a realidade no hospital.
Empresas	Preparar os profissionais que atuam na empresa, qualificando-os para interagir interna e externamente com as demandas da rotina empresarial; seja no âmbito interpessoal, no processo desenvolvimento de suas atividades ou na motivação dos mesmos.	Planejamento, desenvolvimento e administração de atividades relacionadas à educação na empresa; elaborar e desenvolver projetos; coordenar a atualização de capacitação dos profissionais da empresa ajudando-os no desempenho de suas atividades.
Meios de comunicação	Elaborar estratégias, atividades e instrumentos que permitam o aprendizado através dos meios de comunicação.	Assessorar na difusão cultural e na comunicação de massa.
Sindicatos	Qualificar continuamente o trabalho, habilidade e competência dos associados no mercado de trabalho.	Atuação fazendo o planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação.
Turismo	Facilitar o aprendizado sobre o multiculturalismo, valorizando as diversidades culturais e favorecendo a construção de uma consciência de preservação ecológica.	Desenvolvimento de projetos e atividades educativas que visem o conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura.
Museus	Prover aos visitantes a compreensão da importância da memória cultural e sua influência nos contextos atuais.	Desenvolver atividades educativas e lúdicas neste espaço juntamente com a equipe interdisciplinar.
ONGs	Coordenar, planejar projetos de natureza educativa nas áreas da saúde, meio ambiente, promoção social, lazer, recreação e outros.	Desenvolver ações educativas que visem a formação social do indivíduo atendendo as demandas exigidas e que resultem em

		educação justa e igualitária entre os cidadãos.
--	--	---

Fonte: Castanho et al. (2004), FIREMAN (2006), JACOBUCCI (2008), LIBÂNEO (1999), MATOS (2007) e SÁ (2000).

Tomando como base o quadro acima, podemos constatar ações pedagógicas desenvolvidas nos espaços não escolares mas que também se insere no contexto da docência e no espaço escolar; as ações educativas lúdica, planejamento, organização, desenvolvimento de projetos, intervenção e difusão culturais. Segundo Libâneo, o sistema escolar requisita especialistas não-docentes para atuar em práticas escolares como administradores, planejadores, supervisores, coordenadores de ensino, pesquisadores, orientadores, psicopedagogos e os serviços especializados requerem consultores, especialistas para atendimentos de assistência a alunos com dificuldades escolares, educação para crianças ou adultos fora da escola.

sobre a existência de dois tipos de profissionais, aquele que exerce regulamente (as atividades que se faz nas escolas convencionais) e o que ocupa-se de parte do tempo em atividades diferentes daquelas que se faz nas escolas convencionais. O primeiro caso, trata-se dos instrutores, animadores culturais, orientadores de atividades culturais e divulgação de atividades científicas, trabalhadores sociais, produtores de vídeos, jogos e brinquedos educativos, turismo, orientadores de atividades culturais em museus etc. O segundo, seria dos formadores ocasionais que ocupam parte do tempo em atividades de transmissão/assimilação de saberes e técnicas ligadas as suas atividades profissionais especializadas como médicos, engenheiros, administradores e outros, que no exercício do seu local de trabalho, executam a supervisão, coordenação ou o ensino a outros trabalhadores e estagiários.

Estamos vivendo a era do “pedagogiar”, que é uma tendência da sociedade contemporânea, em busca por conhecimentos e a prática do ensinar/aprender. O confronto com essa exigência precisa de atenção dos educadores quanto aos novos objetivos, novas habilidades cognitivas, pensamento criativo e flexibilidade no raciocínio e rápida percepções de mudanças.

A dimensão pedagógica que atinge esses espaços é sentida através da educação proporcionada para exercício da cidadania em que haja o processo de ensino-aprendizagem, assim o trabalho pedagógico é possível de ser realizado. As possibilidades de atuação do profissional pedagogo se amplia alcançando diversos âmbitos e conseqüentemente, abre-se um leque de setores com os quais o pedagogo possa se identificar e exercer sua função.

Oportunamente esclarece-se que é importante demonstrar a relevância da Educação Não Escolar e o alcance que a Pedagogia consegue atingir por conta das demandas manifestadas pela sociedade contemporânea. A compreensão conceitual da Pedagogia como campo do conhecimento ancorado pela educação propicia uma maior inserção nos processos de desenvolvimento do ser humano.

Ao tratarmos dos novos cenários em que o pedagogo e a pedagogia se reinventam não podemos deixar de nos referir a Pedagogia Social no contexto da Educação Não Escolar. Reflexões organizadas ao longo deste texto refletem uma perspectiva crítica e histórica das tradições e possibilidades que o conhecimento, a formação e a atuação do pedagogo possuem relação direta com os processos da educação não escolar.

A Pedagogia Social consiste em tornar possível a resolução de problemas sociais por meio da Educação. Desta forma, ela confronta pedagogicamente as aflições sociais na teoria e prática. Não obstante perceber que a Educação Social é fruto das políticas sociais e do contexto de cada país, estado ou cidade e por isso, não existe uma única forma de entendê-la. Historicamente, a concepção da Pedagogia Social surge como teorias desde o período clássico da Grécia antiga, através de Platão, com seu ideal de educação justificado pela necessidade da formação da virtude do homem, até meados do séc. XIX com Pestalozzi, conhecido por humanizar a Pedagogia educando através do sentir, construir e pensar; os pensamentos, de Platão a Pestalozzi, serviram de base para o desenvolvimento científico deste ramo da pedagogia, sendo estudada na sociologia como Educação Social. Segundo Luzuriaga , “ Comenius foi o primeiro a formular, na Idade Moderna, uma concepção pedagógico-social de caráter místico humanitário[...]”, porém, “[...]Pestalozzi foi o verdadeiro fundador da educação social autônoma.” (LUZURIAGA,1960, p.11 e 12).

De acordo com Saviani(2008), Comenius defendia a universalidade da educação, acreditava que independentemente da condição econômica e/ou classe social todos tinham direito ao conhecimento. Porém, Pestalozzi foi quem instituiu uma educação como direito humano e dever da sociedade, sem apelar para o assistencialismo .

É relevante ressaltar, que a inclusão da dimensão social na educação ainda que de maneira teórica, propiciou o surgimento no final do século XIX, um trabalho de cunho científico que traduzisse o tema Pedagogia Social, na Europa. Este segmento da pedagogia foi apresentado pelo teórico alemão Paul Natorp - de base neokantista - expressava a importância de se resolver aflições de vontade coletiva frente a vontade individual.

Na América Latina, a expressão Pedagogia Social teve intervenções de diferentes naturezas como por exemplo, o modelo de educação popular com abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire, reconhecido internacionalmente desde a década de 60, atuando na alfabetização de adultos com uma pedagogia não autoritária, conscientizadora e de transformação social. Sua obra é tomada em outros países como Pedagogia Social (MACHADO apud SOUZA NETO et al, 2009, p.139 e 140).

Freire tinha como premissa uma educação emancipadora que proporcionasse ao indivíduo transformações no sentido de conscientizar-se sobre seus direitos e deveres. Utilizando como método de aprendizagem o núcleo do saber de cada pessoa, ou seja, deveria se tomar como o ponto de partida da aprendizagem informações oriundas de vivências cotidianas dos jovens e adultos da sala de aula, para expansão e compreensão do novo conhecimento.

A um grande caminho pra se legitimar a Pedagogia Social no Brasil, objetivando solidificar e legalizar a atuação do profissional de educação, isso inclui abertura de cursos em nível de pós-graduação em Pedagogia Social, criação de linhas de pesquisa e abertura de concursos públicos para educadores sociais.

Atualmente a concepção mais próxima da Pedagogia Social se expressa através da Educação Não-formal. Esta última, pouco conhecida e discutida nos espaços acadêmicos do nosso país.

Segundo Gohn, essa modalidade “não é reconhecida pelo senso comum e a mídia, por que seus processos não são escolarizáveis.” Tradicionalmente, a sociedade associa a capacidade do indivíduo educa-se apenas nas instituições escolares estruturadas e submetidas a normatizações, certificações e recomendações de órgãos que regulamentam o sistema de ensino. Muitos não entendem que a escolarização é uma complementação da educação e invalidam a formação em ambientes não formais,

[...] embora se justifiquem pelos seus processos de capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem e habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades, a aprendizagem política, os direitos dos indivíduos enquanto cidadãos dentre outros [...] (GOHN, 2004, p.74).

As práticas da educação não-formal se desenvolvem, especificamente, extramuros escolares, nas ONGs, empresas, hospitais, projetos sociais, projetos culturais, conselhos, cursos universitários e profissionalizantes e outros. Ao que parece trata-se de ser uma área carente de pesquisa científica e que não havia reflexão sobre esta realidade, sobre a ideia de que “a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática.” (GADOTTI, 2005 apud GOHN).

Na estrutura das instituições não-formais a prioridade é atender a necessidade da qual se destina objetivamente, flexibilizando o máximo para atingir o resultado esperado. Embora organizados e respaldados, os espaços não-formais têm no seu formato, geralmente, uma ambientação democrática, horizontalizada e de processos com várias dimensões. No Brasil, a cada dia aumenta-se o número de Organizações Não Governamentais promovendo projetos no âmbito social em prol de alavancar a auto-estima do povo com a promoção de oportunidades e de reconhecimento como cidadão. Portanto,

[...] a categoria espaço é tão importante quanto a categoria tempo, pois o tempo na aprendizagem é flexível, respeitando-se diferenças biológicas, culturas e históricas. A educação não-formal desenvolvidas em ONGs e outras instituições é um setor em construção, mas constitui um dos poucos espaços do mercado de trabalho com vagas para profissionais da área de Educação (GOHN, 1999,p.98-99).

O terceiro setor chega a contemporaneidade trazendo uma cultura de releitura das profissões e suas funções juntamente com os avanços tecnológicos. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), existem 815.676 organizações do terceiro setor no país, dados de 2020. Observemos, sua distribuição por região:

Quadro Demonstrativo do terceiro setor por região no Brasil

REGIÃO	Nº. DE ONGs
Sudeste	41,5%
Nordeste	24,7%
Centro-Oeste	8,2%
Norte	7,2%

IPEA

www.observatorio3setor.org.br

Quando a sociedade anseia e traça novos caminhos, sentimos que tudo que está a sua volta vai perdendo o sentido se não demonstrar uma utilidade basicamente orgânica. Entretanto, a forma pela qual essa sociedade demonstrará a necessidade de pedagogos/pedagogas ocupando os espaços não escolares é abrindo as portas dos diversos outros espaços, garantindo as vivências e experiências ainda no processo formativo destes profissionais. Por isso, é importante que curso de Pedagogia como formador de profissionais do campo da educação, fomentador de práticas metodológicas voltadas para compreensão deve intensificar discussões na área da educação não-formal.

Para Libâneo,

[...] os problemas e dilemas continuam, persistem velhos preconceitos, mantém-se apego a teses ultrapassadas, às vezes com o frágil argumento de que são conquistas históricas. É o que se pode ver, por exemplo, na insistência em temas como: a docência como base da identidade profissional do educador[...] (LIBÂNEO, 2001, p.17).

Nesta discussão é imprescindível nos atermos pros saberes curriculares que formam uma relação entre as disciplinas e atividades formativas da academia no curso de Pedagogia.

Vale a ressalva, que as diretrizes curriculares do curso de pedagogia normatizado através do parecer promulgado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2006, institui em seu artigo 5º, inciso IV, nas diretrizes e bases do curso de Pedagogia,

que os graduados em pedagogia tem suas atividades possíveis de trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo. (Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 2006, Seção 1, p. 11)

Poucas modificações foram feitas na legislação brasileira com o propósito de ampliar as possibilidades na área de atuação do pedagogo, visto apenas que tivemos a docência e a gestão escolar como norteadoras das competências desta profissão. No regulamento do curso Pedagogia desde a sua criação em 1930, passando pelas alteridades nas décadas de 60 e 90, porém em 2006 reconheceu-se o acesso dos egressos nos espaços não-escolares conforme relata-se no parágrafo anterior. Entende-se que dentro das atribuições da CNE, a contribuição para legitimar a importância de pedagogos/as atuarem também em espaços não-escolares incentiva ações por parte dos coordenadores de estágios, colegiado, diretor(a) de departamento e professores do curso de Pedagogia, a buscarem o estreitamento da relação academia versus sociedade, objetivando promover, informar, divulgar e refletir os benefícios impactantes na contratação de um pedagogo(a) através de palestras e seminários junto aos representantes de empresas de vários segmentos, instituições públicas, ONGs e hospitais.

A exemplo, embora o terceiro setor tenha se expandido no cenário sócio econômico atual, nota-se a inexistente preocupação das academias pela formação de profissionais com fundamentação teórica que assistam as organizações no sentido pedagógico. O que nos dá acoroçoamento para refletirmos sobre esta demanda na formação do Curso de Pedagogia e suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES

Através deste estudo, foi possível analisar como a educação fora do espaço escolar, vem sendo abordada nas DCN do curso de Pedagogia.

Percebe-se que as demandas sociais e intelectuais impulsionaram as mudanças nos decretos, pareceres e resoluções que regulamentam o currículo do curso de Pedagogia possibilitando a abordagem desta dimensão em diferentes aspectos elencados na formação do pedagogo. Conduzindo-nos a concluir que há perspectivas dessa vertente formativa, possibilitando à atuação do egresso do Curso de Pedagogia em diferentes espaços inclusive em espaço não escolar, embora se apresente muito timidamente nas academias em conteúdos e discussões, mas podemos citar poucas exceções, como é o caso da Universidade Estadual da Bahia, que no ano de 2020 atualizou seu currículo dentro desta perspectiva e como resultado obteve-se do Grupo de Pesquisa FORTEC - Departamento de Educação - através do seu canal digital, na plataforma YouTube, apresentação de vários temas cujo o foco está voltado para a Pedagogia e os contextos de atuação profissional na contemporaneidade. Entende-se como resposta positiva aos anseios da comunidade discente do curso de Pedagogia. Nesta trajetória imersiva não podemos deixar de reconhecer que algumas disciplinas tangenciam com a educação não escolar, é o caso de gestão e os estágios supervisionados, este último tem permitido experiências e vivências em espaços não escolares. Infelizmente, a sociedade funcionalmente não consegue se abrir para as conquistas dos pedagogos em outros espaços que não o escolar.

Segundo Libâneo, em função da complexidade que se estabelece das práticas educativas na sociedade globalizada, outras instâncias do processo educativo vão se

constituindo pressionando as instituições formadoras a crescerem e abrirem rumos de atuação profissional do pedagogo/a em espaços extra-escolar, antes impensáveis.

É importante entendermos que o processo educativo está em todos os lugares e a Pedagogia deve-se manter conectada com as transformações do nosso tempo presente e vindouro.

Também durante o estudo foi possível compreender que é preciso se manter o movimento no curso de Pedagogia a cerca da sua essência epistemológica e da identidade funcional do pedagogo. E, que sendo a base da formação do pedagogo a docência, esta, é a sustentação da concepção do curso, mas ela não consubstancia a totalidade do caminho formativo e sim, há outras linhas de trabalho possíveis e desejáveis, como é o caso da dimensão não escolar.

Por fim, as produções científicas entorno deste tema não trazem informações consolidadas que possam auxiliar a edificar caminhos para atuação do/a pedagogo/a contextualizados com as realidades dos diferentes espaços não escolares. São necessárias discussões e práticas propostas nos currículos dos cursos de Pedagogia como vertente integrada e não isolada desta abordagem.

A certeza que se tem é que não há barreira pra se vivenciar a educação e o educativo está em todos os lados, direções, territórios reais e vituais.

Na oportunidade, deixamos aqui registrado o nosso apelo para que essa vertente possa ser trabalhada de forma mais consistente e ampliada dentro dos cursos de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. P. P.; GEBRAN, R. A. O Curso de Pedagogia e o Processo de formação do pedagogo no Brasil: percurso histórico e marcos legais. *holos*, [S. l.], v. 6, p. 280–294, 2015. DOI: 10.15628/holos.2014.1643. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas, SP : Papyrus, 1996.
- BRASIL. Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia. *Proposta de diretrizes curriculares para o curso de pedagogia*. Brasília, DF: MEC/SESu, 1999.
- BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 nov. 1968.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Currículos mínimos dos cursos de graduação: Parecer n. 252/69*. 4. ed. Brasília, DF, 1981.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 5/2005. *Diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 maio 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DEMO, Pedro; DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. Ed. São Paulo: Cortez,. 2006, 128p.
- GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Institut international des droits de l'enfant (IDE).<https://document.onl/documents/educacao-formal-nao-formal-2005-godotti.html> 2005. p.1-11.
- SAVIANI, Dermeval. *Formação de Professores: a experiência internacional sob olhar brasileiro* (Notitle), 1998.
- GOHN; Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: Atuação e desenvolvimento dos projetos sociais*. 2005. Ed. São Paulo. Ph.D. em Sociologia pela New School for Social Research, NY; Professora Titular do Curso de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho/UNINOVE, SP; Avaliadora de Periódicos do SciELO Brasil. E-mail: mgohn@uol.com.br
- LIBÂNEO; José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. Ed. Cortez. 1998.pdf
- LIBANELO; José Carlos. *Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores*.pdf.
- LIBÂNEO; José Carlos. *Pedagogia e Pedagogo para quê? Cap. 4; pdf*.

LIMA e MIOTO; Revista Katál. Florianópolis v.10,n. esp. P.37-45, 2007.

LÜDKE,Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas; São Paulo; 1986.

LUZURIAGA; Lorenzo. Historia da Educação e da Pedagogia. Ed.Nacional.1980.pdf

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 2006, Seção 1, p. 11.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, Autores Associados, 1991 (12ª ed. 2021a).

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: a experiência internacional sob olhar brasileiro (Notitle), 1998.pdf

SAVIANI, Demerval. A pedagogia no Brasil [livro eletrônico]: história e teoria/ Dermeval Saviani. – Campinas -SP: Ed. Autores Associados,2008 – (Coleção Memória da Educação) e Pub.

ZUCCHETTI; Dinora Tereza. Resenha Book Review E-mail: <dinora@feevale.br>